



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681455 - SP (2021/0227060-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : ROMILDO MAGALHAES
ADVOGADO : ROMILDO MAGALHÃES - SP264619
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURICIO SOUZA BRAULINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAURICIO SOUZA BRAULINO, em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2160414-06.2021.8.26.0000).

O paciente teve sua prisão temporária decretada por suposta prática dos delitos de roubo majorado, extorsão qualificada e associação criminosa (e-STJ fls. 88-89).

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão temporária do paciente, ante a ausência de fundamentação idônea para sua decretação, porquanto não haveria nenhum indício de envolvimento do paciente nos crimes ora investigados.

Alega a necessidade de superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, em razão do constrangimento ilegal experimentado pelo paciente, decorrente da absoluta ausência, na espécie, dos requisitos na prisão temporária, previstos no art. 1º da Lei n. 7.960/1989

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA N. 691 DO STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 306, 310 E 316 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade. Incidência da Súmula n. 691 do STF.

2. O não enfrentamento de matéria pelas instâncias originárias impede sua análise pelo STJ, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 628.402/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, em especial considerando-se o que consignou o Desembargador relator ao indeferir o pleito liminar na origem (e-STJ fl. 31):

Respeitado o empenho do combativo impetrante, não vejo, por ora, ilegalidade alguma que pudesse motivar a imediata revogação da prisão temporária. O pai de MAURÍCIO, MARCÍLIO, foi identificado por uma das vítimas do roubo e da extorsão, havendo também contra si ordem de prisão, ao que parece ainda não cumprida.

MAURÍCIO, outrossim, se apresenta como o anterior titular do lava-rápido onde as vítimas foram mantidas em cativeiro, circunstância de extrema relevância que pode indicar seu direto envolvimento nos crimes.

De resto, o alegado álibi não é suficiente para eximi-lo de qualquer culpa, mesmo porque necessário maior esclarecimento sobre seu papel na associação criminosa.

Assim, a prisão temporária é mesmo imprescindível ao completo esclarecimento dos fatos, parecendo pouco provável que os envolvidos, estando em liberdade, se animem a colaborar com as investigações.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência